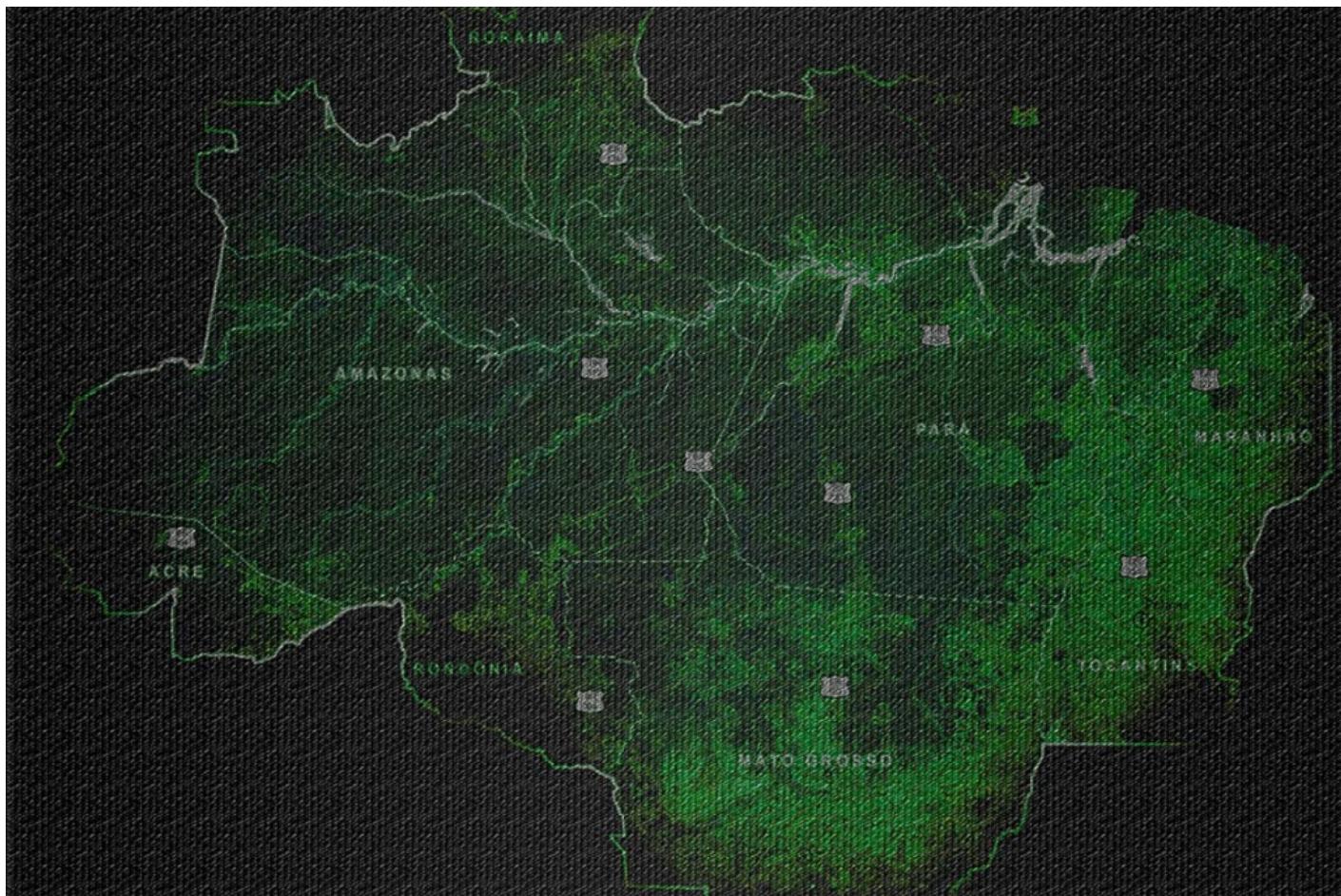


Assentamentos irregulares são os que mais desmatam na Amazônia

Categories : [Reportagens](#)



No ato de assinatura do Acordo de Paris, em 22 de abril, na sede da ONU em Nova York, a presidente Dilma Rousseff afirmou que o desmatamento na Amazônia será erradicado até 2030. Mas dados recentes do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) indicam que o desmatamento zero é um grande desafio. Embora tenha recuado acentuadamente ao longo da década passada, o desmatamento na região parou de cair de maneira significativa e manteve-se numa faixa de 5.8 mil a 7 mil km² entre 2009 e 2015 — apenas no ano passado a Amazônia perdeu uma área equivalente a 583 mil campos de futebol em cobertura vegetal.

E uma das razões para o freio no ritmo de queda é o desmatamento dentro de assentamentos de reforma agrária. Não por outra razão, o Ministério Públco Federal (MPF) elegeu, em julho de 2012, o maior desmatador da Amazônia: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

(Incra). Quatro anos depois, no início deste abril de 2016, o Tribunal de Contas da União (TCU) pediu a paralisação da reforma agrária no país, por irregularidades em quase 500 mil benefícios concedidos pelo órgão ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Para entender melhor como é o trabalho do Incra na Amazônia Legal e investigar quais são os maiores desafios e limites da atuação do órgão, a **Pública** consultou diversos documentos produzidos por órgãos de controle e organizações da sociedade civil e entrevistou procuradores, funcionários do Incra, assentados e representantes de movimentos sociais da região. A reportagem compilou e cruzou bancos de dados. E a conclusão da investigação jornalística é que falhas e irregularidades do Incra acabam por alimentar conflitos violentos e impactam diretamente o desmatamento da região.

Um dos fatos identificados pela apuração é uma concentração de homologações irregulares de beneficiários de reforma agrária na Amazônia Legal. A **Pública** teve acesso a dados desagregados da última fiscalização feita pela Controladoria-Geral da União (CGU) no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra) e detectou que os estados amazônicos são campeões de homologações indevidas: das dez superintendências do Incra que mais concentram irregularidades na história, apenas uma não está na região amazônica. Com essa prática, o Incra vem regularmente cedendo lotes de reforma agrária a um público sem perfil para recebê-los (como funcionários públicos, políticos, empresários, pessoas de renda elevada etc.), e isso é mais frequente na Amazônia Legal.

Os dados do próprio Incra mostram também um processo acentuado de criação de assentamentos nos anos 2005 e 2006. O Incra nunca criou assentamentos para tantas famílias na região amazônica em toda a sua história como nesse período. Segundo fontes ouvidas pela **Pública**, esse fato pode estar ligado ao cumprimento das metas do segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que vigorou entre 2003 e 2007. As homologações irregulares na Amazônia também se concentram no biênio 2005-2006, e os dados analisados na reportagem mostram as consequências dessa alta de criação de assentamentos sem rigor técnico.

A pressão para o atingimento de metas e as irregularidades detectadas pelos órgãos de controle podem estar na origem da alta da participação dos assentamentos no total de desmatamento na Amazônia. O desmatamento caiu 77% na região entre 2004 e 2011. Entretanto, dentro dos assentamentos de reforma agrária, os índices não acompanharam a queda com a mesma intensidade. Isso fez com que sua participação no desmatamento total na Amazônia Legal crescesse a partir da última década.

A Superintendência do Incra em Santarém é um exemplo desse caos fundiário gerado pelas homologações indevidas realizadas em assentamentos criados sem rigor técnico.

“Encontrei um quadro catastrófico”, diz ex-superintendente do Incra em Santarém

Com uma década de experiência no Incra como servidor de carreira, o engenheiro agrônomo Claudinei Chalito da Silva topou abrir mão de um cargo de diretoria no Incra do Paraná para assumir, em setembro do ano passado, uma das superintendências mais problemáticas de todo o Brasil: a SR-30, sediada em Santarém, no Pará.

Chalito vibrou com a ideia de pela primeira vez comandar um núcleo regional do Incra, mas sabia que era um desafio. Seu antecessor no cargo, Luiz Bacelar Guerreiro, que geriu a Superintendência entre novembro de 2012 e agosto de 2015, havia saído do cargo preso na Operação Madeira Limpa, da Polícia Federal. Segundo o MPF, Bacelar permitia que empresários explorassem ilegalmente os assentamentos de reforma agrária e unidades de conservação na região. O prejuízo aos cofres públicos chega, no mínimo, a R\$ 31,5 milhões, segundo a PF.

O legado da gestão Bacelar, porém, era só uma parte dos problemas que Chalito tinha pela frente. “Encontrei um quadro catastrófico. Se for colocar uma escala de gravidade, eu diria que de 0 a 100, chegou bem perto de 100”, resume.

“Encontrei muitos conflitos internos entre servidores, um clima bem tenso. Havia uma enorme quantidade de processos de criação de assentamentos feitos de forma irregular que estavam, inclusive, na mesa do superintendente só esperando fazer o despacho. Tive de barrar vários processos por vícios em outras etapas. Havia mais de 12 mil beneficiários bloqueados após uma fiscalização feita pela CGU no ano passado. Mais de 15 convênios estavam paralisados por falta de parecer técnico, prestação de contas. Havia irregularidades em praticamente todos os assentamentos, eram bem poucos os que não tinham problemas graves de reconcentração de terra, com ‘fazendeiros’ dentro deles, o que gerava muito conflito e extração ilegal de madeira. Muitos casos de sobreposição de assentamentos com terras indígenas, unidades de conservação ou até outros assentamentos por falta de rigor técnico no processo de criação. Havia mais de 9 mil famílias que moravam em área de várzea, literalmente dentro dos rios, onde o Incra não conseguiu levar créditos de apoio e fomento”, relata o ex-superintendente.

Chalito parece se cansar. Ele retoma o fôlego antes de concluir. “Você precisaria multiplicar aquela superintendência por mais de dez para resolver os problemas de lá. Tem muitos conflitos em que há risco de morte ali dentro, casos em que a floresta amazônica está se transformando em cinzas porque os madeireiros estão tomando conta. É uma região que não vai se estabilizar em cinco nem em dez anos”, conta.